APU

Associação Portuguesa de Urbanistas

ISBAO SMO

// Editorial

Luis Cerqueira [Presidente da Associação Portuguesa de Urbanistas]

// A propósito da formação em Planeamento do Território / Urbanismo Paulo Pinho (Departamento de Engenharia Civil da Faculdade de

Engenharia da Universidade do Porto]

// Urbanistas no século XXI Teresa Calix [Faculdade de Arquitectura da Universi // Desafios para o ensino do urbanismo

Diogo Mateus [Universidade Lusófona de Hur

// Conversas com o Território Luís Sanchez Carvalho (Faculdade de Arquitetura da Un

// A formação em Urbanismo em tempos de muda Artur da Rosa Pires [Departamento de Ciências Sociais, Políticas Território da Universidade de Aveiro] // Quatro Ideias para o Ensino de geo Capacidades Carlos Gonçalves (Geógrafo, Urbanista)

// Conversas Sobre o Território: Contributos para um debate em curso Fernando Nogueira (Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro)

// Novos / Velhos Desafios Do Planeamento Urbano Sustentável em Lisboa - Habitação e Habitat -

Maria Teresa Craveiro [Geógrafa, Urbanista]

// Urbanismo e justiça espacial

João Lourenço Marques [Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro]

// Lembrando o Professor Manuel da Costa Lobo Isabel Maria da Costa Lobo [Geógrafa, Urbanista]





Teresa Calix

[Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (CEAU-FAUP)]

URBANISTAS NO SÉCULO XXI

A condição urbana das primeiras décadas do século XXI tem evidenciado um conjunto de desafios para os profissionais do Urbanismo que, mesmo quando não são realmente novos, tendem a conjugar-se e sobrepor-se, são mais exigentes e mais complexos e exigem respostas mais céleres e plurais.

O estado permanente de crise é uma realidade dos últimos anos com sucessivas perturbações a nível mundial – como a crise pandémica de 2020 ou a crise do *subprime* de 2008 ou as várias crises de diferentes origens e âmbitos que as antecederam –, com reflexos que se acumulam e produzem transformações que dão origem a outras crises a nível local. Esta condição invariável de variabilidade encontra reflexo na instabilidade da realidade social e da sua concretização na dimensão urbana.

1.0s desafios e as competências

A ambiguidade entre a consciência da crise e o reconhecimento da necessidade de, ainda assim, seguir procurando intervir qualitativamente na produção socio-espacial é o principal desafio que se coloca ao urbanista. Desafio este que se desdobra em múltiplas exigências que determinam a aquisição de competências fundamentais que se traduzem em três dimensões: observação, interpretação e adequação da acção a desenvolver ao contexto. Em conjunto, impõem ao

urbanista a necessidade de ler e interpretar exaustiva e prospectivamente a complexidade para agir com a noção da parcialidade de cada estratégia ou acção concreta.

Na base deste 'saber fazer' encontram-se competências muito vastas que procurarei resumir em torno de três conceitos chave: interacção, diversidade e inovação.

a) Interacção

Neste cenário complexo em que os dados dos problemas, os actores (e as instituições) envolvidos e a informação pertinente são extremamente numerosos, a capacidade de interagir com as múltiplas fontes do conhecimento é fundamental.

A interacção pressupõe diálogo e comunicação; prevê a troca de ideias e o reconhecimento da importância do contributo do outro, independentemente da sua erudição, aptidão, proveniência ou, até, idoneidade; presume o contacto, o convívio e a familiaridade com um colectivo e o espaço que este ocupa.

O termo interacção subentende as ligações e os nexos que se estabelecem na partilha convergente e divergente de ideias, de convicções e de informações, e admite que todos os actores da sociedade são legítimos agentes de transformação do território.

O urbanista deve, pois, interagir para conhecer melhor o contexto e as dinâmicas nele latentes: a realidade socio-espacial e o modo como esta se produz colectivamente.

b) Diversidade

O reconhecimento da diversidade é, também, uma consequência natural da interacção.

Quer na escala global quer na escala local a sociedade – e a realidade que esta constrói – é cada vez mais multifacetada: o comportamento do indivíduo e a sua especificidade contrapõe-se à abstracção das leituras sectoriais; a idade, embora seja factor de agregação, e por

isso de generalização, organiza-se em sectores etários com muitos outros níveis de heterogeneidade; a cultura afirma-se como condição de identidade e pertença mas também de manifestação da diferença da inter e multiculturalidade,... As categorias tendem a ser cada vez mais numerosas e a conter cada vez menos elementos; as generalizações mais curtas e menos operativas.

A diversidade pressupõe o reconhecimento do diferente e a sua inclusão.

A diversidade implica, por isso, a multi e a transdisciplinaridade que integram a variedade de dimensões de conhecimento, de disciplinas, e o saber técnico que estas integram.

O urbanista, independentemente da sua formação base, deve reconhecer a importância de muitas disciplinas, tem de ser capaz de alargar as fronteiras do conhecimento e reconhecer limites de pertinência muito distintos e em permanente definição, mas complementares; só assim inclui a diversidade e só assim aprofunda, qualificando, a resposta.

c) Inovação

A inovação é a dimensão urgente da produção a realizar hoje. Encerra o desígnio da descoberta e da renovação sistémica e sistemática, que nem sempre estão presentes ou são bem integradas nos processos.

A inovação pressupõe avanços no conhecimento, mas, sobretudo, avanços no procedimento.

A valorização da dimensão ecossistémica, das alterações climáticas, da pegada de carbono, ..., tem várias décadas de reconhecimento, mas está longe de ser uma realidade inequívoca nos procedimentos actuais. O Relatório Brundtland – *Our Common Future* (1987) já não é deste século, mas 'o nosso futuro comum' assente num desenvolvimento sustentável ainda está longe de ser alcançado.

A informalidade da acção, ou a não formalidade das 'ferramentas' – os estudos, as negociações, os consensos –, é cada vez mais reconhecida como uma garantia de operacionalização efectiva do planeamento no território. No entanto, o tempo longo da transformação dos enquadramentos legais, as normas rígidas que prevalecem e os instrumentos que não se adaptam às necessidades urgentes de hoje, evidenciam um quadro formal de actuação que se encontra muito aquém da urgência de operacionalizar a melhor transformação.

O urbanista deve procurar novas competências, reconhecer os avanços no conhecimento e inovar nos procedimentos ao serviço do comum.

2. As competências e os programas de formação

Formar este urbanista evidencia a indispensabilidade de introduzir nos programas de formação em urbanismo uma dimensão prática que permita aprender fazendo. A experimentação prática que se preconiza pressupõe trabalho de campo, mas, sobretudo, envolve a interação do estudante com a realidade, a interação com o cidadão e com as instituições. Pressupõe 'sair da academia' e 'aproximar da realidade', progredindo através do diálogo e da partilha de informações, reconhecendo a diversidade de 'falas' e, por isso, de posicionamentos e de necessidades.

O plano formativo deve colocar o futuro urbanista perante desafios 'reais' com pessoas 'reais', com instituições 'reais' que interagem e se pronunciam sobre o trabalho dos estudantes. Estes interlocutores – que obviamente ocupam uma posição que nem sempre é técnica, que não é académica, e que é, muitas vezes eminentemente política – obrigam os estudantes a lidar com um conjunto de questões e de entendimentos diversos, compelindoos, de facto, a abordarem o seu contexto de trabalho sob múltiplas perspectivas, aproximando-se da diversidade do enquadramento em que efectivamente um dia mais tarde irão trabalhar.

O trabalho académico ganha pertinência e a percepção da incidência prática das matérias teóricas e da pertinência dos ensinamentos práticos dos professores permite assim a efectiva integração nas análises, no processo e nas propostas. O afastamento entre o plano académico subjacente ao que o professor diz e a realidade prática do território tem, assim, possibilidades de ser superado. Se, por um lado, aprender fazendo assume relevância, por outro lado, a consciência da necessidade de aprender sempre é determinante. Como tal, é fundamental que os programas de ensino evidenciem a necessidade de reconhecer a especificidade, de estudar o concreto e de verificar, a cada momento, a adequação das ferramentas em função do contexto, da conjuntura e do momento concreto naquele futuro incerto que se referia antes.

Num mundo em permanente crise, sempre que os desafios mudam, a sociedade muda, e vice-versa. O conhecimento está em permanente expansão e, por isso, a sua aplicação apresenta sempre carácter provisório. Para o futuro urbanista é fundamental adquirir as ferramentas de pensamento que lhe permitam observar, interpretar e agir, pondo em causa a rigidez institucionalizada de práticas passadas que se demonstrem inadequadas à complexidade de uma determinada realidade socio-espacial.

Assim, do urbanista espera-se a investigação extensiva e a síntese operativa que permite o progresso e do ensino espera-se a consolidação dos métodos que se baseiam na aplicação prática do conhecimento adquirido, evidenciando a utilidade e a relevância do Urbanismo.

APOIO EDITORIAL





Instituto Superior Técnico

Departamento de Engenharia Civil, piso 3, sala 5.33

Av. Rovisco Pais 1049-001 Lisboa

Tel: +351 218 418 028

E-mail: apurbanistas@gmail.com

Instagram: https://www.instagram.com/apurbanistas/

Twitter: https://twitter.com/apurbanistas

FICHA TÉCNICA:

Título: Cadernos do urbanismo

Subtítulo: Revista da Associação Portuguesa de Urbanistas

Editor: FUNDAÇÃO SERRA HENRIQUES

Diretor(es)/Coordenador(es): Luís Pedro Cerqueira/Celso Ricardo Braz/

ISSN: 2184-645